

Constituinte retoma debate sobre regime

Marcondes Sampaio

A discussão sobre o regime de Governo a ser adotado pela futura Constituição foi reativada na última semana, com a realização de



sessões especiais da Constituinte para o debate desse tema. No plenário, prevaleceu a tendência parlamentarista, mas, nos bastidores ainda há uma grande margem de indecisão entre parlamentares de todos os partidos a respeito do sistema que melhor convém ao País (ou aos seus interesses). A discussão não é ideológica. Tanto na esquerda quanto na direita há intransigentes defensores do parlamentarismo, mas o PT e o PDT têm posição oficial pelo presidencialismo. O PT, aparentemente, optou por esse sistema por ver na candidatura do seu presidente, Luis Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, mais uma chance de crescimento

do partido. O PDT, porque o ex-governador Leonel Brizola, acreditando na grande chance que tem numa disputa pela Presidência, não gostaria de dividir o poder com o Legislativo.

A inclinação parlamentarista do Congresso tem levado o presidente Sarney, pessoalmente ou através dos seus porta-vozes, a reiterar a defesa do presidencialismo, através de uma fórmula que ele qualifica de «neo-presidencialismo» sistema em que o Presidente continua com amplos poderes no Governo, mas o Congresso recuperaria várias das prerrogativas perdidas durante os governos militares.

Presidencialista histórico, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, continua adotando uma atitude discreta nesse debate. Recentemente, mostrou preocupação quanto aos riscos da adoção de um sistema híbrido, mas já não se mostra tão intransigente na defesa do presidencialismo. Afinal, restrições à parte, ele continua sendo encarado como o nome mais forte para assumir a condição de primeiro-ministro, caso os constituintes optem pelo parlamentarismo.

Arquivo



Ex-presidente João Goulart

Fracasso em 1963 desgastou sistema

Na argumentação contrária à adoção do parlamentarismo, cita-se, com freqüência o fracasso da experiência feita no governo Goulart e que teve a duração de apenas 15 meses — de setembro de 1961 a janeiro de 1963.

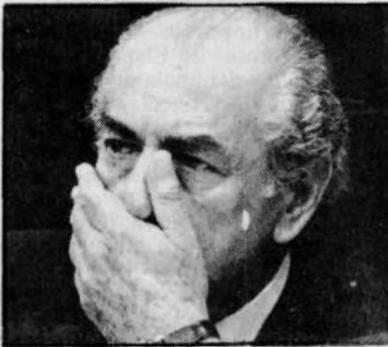
Na época, a opção pelo sistema foi a fórmula encontrada por lideranças civis mais influentes — à frente Tancredo Neves — para contornar a crise institucional decorrente das resistências dos militares à posse de João Goulart na Presidência da República. Jânio Quadros havia renunciado à Presidência no dia 25 de agosto de 61, quando Jango regressava de uma viagem à China Comunista, fato que agravou as restrições das Forças Armadas ao então vice-presidente.

Deste modo, foi de forma improvisada e artificial que surgiu a solução parlamentarista, à qual João Goulart nunca se ajustou. Mal empossado na Presidência, no início de setembro, Jango começou a articular a derrubada do sistema, estimulando uma campanha de descrédito do Congresso, facilitada pela reação da maioria dos parlamentares às chamadas «reformas de base». No dia 6 de janeiro de 1963 foi realizado o plebiscito que pôs fim ao parlamentarismo, com o sistema sendo recusado por mais de 80% dos eleitores que se manifestaram. Esse triunfo foi efêmero, pois contribuiu para acirrar os ânimos contra o Presidente, até sua destituição no 31 de março/1º de abril de 1964.

Empossados

Nos 15 meses de parlamentarismo, o cargo de primeiro-ministro foi ocupado apenas por um político profissional — que na época inclusive não era detentor de mandato: o mineiro Tancredo Neves, que ficou no posto de setembro de 61 a julho do ano seguinte. Seus sucessores foram os juristas Brochado da Rocha (gaúcho) e Hermes Lima. O ex-deputado e ex-chanceler Santiago chegou a ser indicado para o cargo mas foi recusado pela maioria formada pela UDN e parte do PSD. Outro nome indicado — e aprovado pela Câmara — que não chegou a assumir foi o senador Auro Moura Andrade (SP), que renunciou à indicação por não conseguir formar o Gabinete. Mesmo indicado por Jango, ele acabou entrando em conflito com o Presidente, por divergências na composição do Ministério. (M.S.)

Arquivo



Brizola: um programa imune

Presidencialistas acusam nepotismo

Adeptos do presidencialismo não raro, dão mais ênfase às «inconveniências» da adoção do parlamentarismo, do que mesmo às virtudes do sistema que defendem. Tais inconveniências seriam, principalmente, a inexistência, no Brasil, de um parlamento e de um sistema partidário fortes, a vocação crescentemente clientelista dos políticos e a conseqüente instabilidade da máquina administrativa federal.

Os presidencialistas dizem temer que, numa eventual adoção do parlamentarismo, a já precária máquina oficial fique ainda mais abalada pelas pressões dos políticos, que se tornariam mais influentes sob esse sistema, levando a níveis extremos o empreguismo e a utilização do poder público em função dos seus interesses pessoais e de grupos. Os parlamentaristas contra-argumentam, observando que esse risco poderia ser contornado pela profissionalização do funcionalismo público, e mediante a efetiva aplicação de concurso para o ingresso nos quadros de servidores da União. Com isso, ficaria afastada a possibilidade — levantada pelos presidencialistas — de uma drástica alteração nos quadros do funcionalismo, sempre que ocorresse uma queda de gabinete no sistema parlamentarista. Diante dos vícios acumulados na política brasileira, a mudança do ministério, como ocorre agora, poderia projetar-se, em alguns casos, sobre toda a máquina administrativa.

Os presidencialistas recorrem ainda, à tradição brasileira para sustentar a importação da preservação desse sistema. Citam — como fez o deputado paranaense Paulo Pimentel — a maior eficácia do presidencialismo, na coordenação das ações de Governo. Entre as razões mais específicas do momento, inclui-se, ainda, em defesa do presidencialismo, o desejo da população que, após 27 anos, quer eleger um Presidente pela via direta.

A parte as razões doutrinárias ou políticas, podem ser citadas igualmente as razões de ordem pessoal, simbolizadas por exemplo, no projeto do ex-governador Leonel Brizola de chegar à Presidência para executar um programa de governo imune, como é do seu estilo e temperamento, a influências de forças políticas que dele dirijam. (Marcondes Sampaio)



Regime de governo movimentou o plenário da Constituinte ontem

Deputado defende opção pelo presidencialismo

O malogro do sistema presidencialista nos últimos 20 ou 30 anos não deveria servir de argumento para a adoção do parlamentarismo a partir da próxima Constituição, sustentou ontem, na sessão da Constituinte o deputado Lélío de Souza (PMDB-RS). Para ele, ao longo desse tempo, em que o País viveu uma caricatura do presidencialismo, faltou também participação popular no processo político, com apenas 12% da população presente às eleições de 1945 e pouco mais de 18% do pleito de 1960.

O sistema presidencialista foi também o tema do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), que defendeu um legislativo forte, sem decretos-lei e imune às pressões do poder executivo. O deputado paraense, antes de ler seu pronunciamento, protestou contra o esvaziamento do plenário, o que, a seu ver, «representa um acinte ao povo brasileiro, que, por isso, já não acredita no trabalho da Constituinte».

Lélío Souza mencionou os principais episódios políticos registrados no País, a partir de 1930, incluindo o Estado Novo, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe militar de 1964, como manifestações que prejudicaram o sistema presidencialista.

Contudo, dentro de sua visão, se tais incidentes ocorreram, ao longo de um período encerrado em 1985, isso se deve muito mais à falta de participação popular na atividade política. E isso revela, ao mesmo tempo, a fragilidade das instituições, com partidos fracos e artificiais. O índice de participação popular no processo político, até então muito rarefeito, ampliou-se só na eleição do ano passado, com 65 milhões de eleitores qualificados, quase a metade da população brasileira. Esse, como notou, é um dado novo, que exige, nesta quadra de retomada da democracia, um pouco mais de reflexão por parte dos que pretendem mudar o sistema de governo.

Forma de Governo ainda divide vários partidos

Gerson Menezes

O PCB tem certeza de que será aprovado, o PDS não sabe no que vai dar e o PFL aposta que não passa, enquanto o PMDB o senador José Fogaça (RS) garante que os líderes Mário Covas e Luis Henrique dão apoio integral ao projeto. Trata-se do parlamentarismo, um dos muitos temas polêmicos da Constituinte e que conta com forte oposição do Palácio do Planalto, principal interessado em manter o presidencialismo de modo a não enfraquecer o presidente Sarney.

De tão polêmico, o tema chega a dividir o PFL, coeso sobretudo, quando se trata de defender o que o Governo quer. Não é o caso: embora na Câmara o líder José Lourenço assegure que já tem pesquisa indicando 80% de preferência pelo presidencialismo, no Senado o líder Carlos Chiarelli coloca em dúvida tais balanços e diz apenas que, o que está ocorrendo, é a «reorganização de forças presidencialistas». Chiarelli ressalta que muitas vezes o Congresso se comporta como uma «gangorra», que oscila conforme os acontecimentos, e a campanha por «diretas-já» seria um desses acontecimentos destinados a fortalecer a tese do presidencialismo. Lourenço, por sua vez, admite que o pronunciamento do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, feito esta semana,

ARQUIVO 05/06/87



José Fogaça, PMDB-RS

«balançou muita gente que estava defendendo o presidencialismo».

Incerteza

No PDS, o deputado Amaral Netto diz que a bancada está simplesmente «dividida» e não se arrisca a fazer nenhuma previsão. Ele lembra que, há cerca de três meses, fez uma pesquisa que resultou em 80% de votos favoráveis ao mandato de quatro anos para Sarney. «Agora, com medo do que pode acontecer, as pessoas parecem que mudam de opinião e já estão dando maioria, no partido, para cinco ou seis anos de mandato».

Para Amaral, na Constituinte a bancada não tem liderança, razão pela qual sua própria posição não influi muito. Ele observa, no entanto, que não é parlamentarista, até porque essa forma de Governo é sempre lembrada «de maneira casuística». Revela, ainda, entender que se trata de uma proposta utópica, pois a seu ver não há ninguém no Brasil que tenha coragem de propor a dissolução do Congresso, como prevê o parlamentarismo nos casos de crise. Resumidamente, Amaral diz que é impossível querer do PDS uma posição em bloco a respeito de formas de Governo. «Cada um vai votar como bem entender», sintetiza.

Debilidade

Para Carlos Chiarelli, no Brasil verifica-se uma tendência de atribuir os problemas conjunturais à forma de Governo, razão pela qual os conceitos de presidencialismo ou parlamentarismo ficam debilitados conforme a época. Ele se diz, no entanto, parlamentarista convicto «e sem razões para mudar», constatando porém uma «reorganização de forças presidencialistas» em função de ambições pessoais e características partidárias. Lembra que, para Brizola, a única opção é o presidencialismo, enquanto o PMDB «vive de presidencialismos». No PFL — prossegue — os dois «presidencialistas» (senador Marco Maciel e ministro Aureliano Chaves) também são presidencialistas, enquanto para o PT esta opção seria a melhor «para o partido tentar crescer». Com isso há, sem dúvida, uma boa perspectiva para se manter o presidencialismo, admite, embora a tese continue polêmica e o futuro seja incerto.